

GESTÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL NA MARINHA DO BRASIL: UMA PROPOSTA DE BALANÇO SOCIAL A PARTIR DA VERSÃO DO IBASE

MANAGING SOCIAL RESPONSIBILITY IN THE BRAZILIAN NAVY: APPLICATION AND ADAPTATION OF THE IBASE MODEL

Paulo André de Barros Correa¹
Frederico Antônio Azevedo de Carvalho²
Francisco José dos Santos Alves³

Resumo: O balanço social, um relatório de cunho financeiro e social que possibilita a evidenciação dos recursos e das influências recebidas e transmitidas pelas organizações às comunidades com as quais interagem, assume hoje grande relevância para a gestão da responsabilidade social das organizações. No setor público, ambos os temas representam importante potencial de pesquisa para os estudos contábeis. Este trabalho apresenta uma primeira aproximação a uma proposta de modelo específico para uma organização pública, a Marinha do Brasil (MB). Partindo de pesquisa bibliográfica, foi escolhido o modelo do IBASE e então realizado um estudo de caso. Os dados foram coletados por meio de entrevistas diretas com dirigentes da Força, sendo a análise essencialmente qualitativa. O principal resultado foi a explicitação e integração de dados hoje existentes nos sistemas de informações da MB, bem como das fontes em que poderão ser obtidos, de modo a estimular a implementação do instrumento proposto.

Palavras-chave: Balanço Social; Responsabilidade Social; Organização pública; Marinha do Brasil.

Abstract: Social accounting helps disclosing both resources and influences that are received and transmitted by an organization vis à vis interacting communities. Today it is considered a prime tool for managing social responsibility in any organization, either public or private. This paper presents a proposal of a tentative model of social accounting for a particular public organization, the Brazilian Navy, supported by a widely applied framework named the IBASE model. The research is organized as a case study and data were collected by direct interviews with selected Navy officers. Collected data are analysed in an essentially qualitative way. Our main finding has been an integrated list of informations already available throughout the Navy information systems along with corresponding data sources, in such a way that model implementation be both stimulated and enhanced.

Keywords: Social accounting; Social Responsibility; Public organization; Brazilian Navy.

¹ Mestre em ciências contábeis pela UERJ, pauloandrecorrea@gmail.com

² Doutor em controladoria e contabilidade pela FEA-USP, fdecarv@gmail.com

³ Doutor em controladoria e contabilidade pela FEA-USP, francisco.jose.alves@terra.com.br

1 Introdução

As organizações têm enfrentado, cada vez mais, novos desafios impostos pelas exigências dos consumidores, pela pressão de grupos da sociedade organizada e por imposição de novas legislações e regras sociais e comerciais, que prescrevem proteção ambiental, produtos mais seguros e menos nocivos à natureza e cumprimento de normas éticas e trabalhistas em todos os locais de produção.

No intuito de atender essas demandas, mecanismos de prestação de contas e de transparência de informações ganham importância, constituindo-se em tópico de relevância nas agendas de discussões internacionais. Neste contexto emerge um relatório que procura atender esses requisitos, denominado Balanço Social (doravante, BS). Esse instrumento de gestão das ações sociais de uma organização visa conferir maior transparência e visibilidade às informações que interessam não apenas aos donos e administradores das organizações, mas também a um maior número de atores que com eles interagem, por exemplo, empregados, fornecedores, investidores, parceiros, consumidores e a comunidade em sentido amplo.

Pelo que se pode observar, o BS representa um instrumento de gestão associado a um processo gerencial que abrange planejamento, execução, acompanhamento e avaliação das ações sociais das organizações e que precisa ser divulgado para a comunidade em que a organização está inserida, no intuito de dar conhecimento das ações sociais por ela desenvolvidas.

No caso de organizações públicas, cabe ressaltar que, segundo Frey, Marcuzzo e Oliveira (2008) e Albuquerque et al. (2006), a divulgação do Balanço Social, além de possibilitar a prestação de contas à sociedade pelo uso dos recursos públicos, pode proporcionar maior publicidade e transparência a respeito da responsabilidade social eventualmente assumida ou desenvolvida pela organização. Essa postura pró-responsabilidade social para Tinoco (2001) parece indicar ganhos tangíveis para as organizações no que concerne à melhoria da imagem institucional, criação de ambientes interno e externo favoráveis e estímulo para inovações nos processos.

Nos dias de hoje, é inegável que o desenvolvimento deste tipo de relatório vem adquirindo especial relevância para qualquer organização, seja do setor privado ou público. No entanto, excetuando talvez algumas das chamadas “empresas estatais”, a implantação de modelos de BS na área pública (mesmo e principalmente nas autarquias e fundações) ainda é incipiente no Brasil, o que leva a crer que há muito espaço para que os gestores públicos desenvolvam modelos específicos, mais adequados às características e às ações realizadas pelas organizações em que trabalham.

As limitações iniciais do presente trabalho decorrem inicialmente de que as características da organização em foco são bastante peculiares, não havendo base conceitual que padronize na literatura modelo específico, para esse setor. Em face dessa questão, a presente pesquisa preferiu balizar-se em adaptações de modelos já existentes ou aplicados em outras áreas, o que pode gerar algum tipo de viés.

Outra limitação diz respeito à amostra intencional dos órgãos e gestores escolhidos para a realização das entrevistas na organização pesquisada. Apesar de terem sido escolhidos exatamente porque representam o pensamento da comunidade envolvida, constituem, no máximo, uma amostra de conveniência para coleta dos dados.

Considerando as características peculiares da organização pesquisada, a Marinha do Brasil, pretende-se encontrar elementos que permitam construir um modelo de balanço social específico para a instituição. O requisito básico é que esse modelo específico deve conter, ao menos, e de forma adequada, as informações que supram as necessidades da sociedade no que concerne à transparência e prestação de contas das ações sociais ali desenvolvidas. A publicação anual de um balanço social pela MB, deste modo, tornar-se-ia em instrumento relevante para que o governo, o Ministério da Defesa, a sociedade e a própria Força pudesse conhecer o nível de responsabilidade social existente. Tal fato propiciaria também o estabelecimento de metas, assim como a comparação com desempenho de outras instituições similares.

Dentre os modelos mais conhecidos hoje utilizados no país, acredita-se que o modelo IBASE seria aquele que tornaria mais fácil a compilação dos dados da MB, em função de sua estrutura objetiva e aceitação convalidada pela sua diversa gama de usuários. Além disso, proporcionaria maior grau de comparabilidade, havendo assim incremento da possibilidade dos resultados apresentados no relatório da instituição serem comparados com aqueles publicados nos balanços sociais de outras grandes organizações nacionais.

Desta forma, então, nasce o problema de pesquisa aqui contemplado: “Que modelo próprio de Balanço Social poderia ser proposto de modo a constituir-se em instrumento de gestão de responsabilidade social na Marinha do Brasil partindo-se do modelo IBASE?” O objetivo geral deste estudo consiste, então, em desenvolver uma primeira aproximação para a formulação daquele modelo específico de Balanço Social para a Marinha do Brasil, de modo a servir de instrumento de gestão de sua responsabilidade social.

O texto está organizado em cinco seções, incluindo esta introdução. Na segunda seção, apresenta-se o suporte analítico acerca do tema estudado. A terceira seção, que expõe a metodologia empregada, precede a análise dos resultados do estudo de caso a partir dos dados coletados, feita na quarta seção. A quinta e última seção indica algumas considerações conclusivas, seguidas de referências bibliográficas e de dois anexos que ajudam a esclarecer o texto.

2 Referencial Teórico

Nesta seção aparece a fundamentação conceitual do estudo a partir da literatura resenhada. Na primeira subseção (§ 2.1) expõem-se as referências acerca do controverso conceito de responsabilidade social. A seguir (§ 2.2) é revisado especificamente o instrumento aqui estudado, o Balanço Social, e na última subseção (§ 2.3) passam-se em revista algumas versões do BS mais conhecidas e utilizadas no ambiente brasileiro.

2.1 A responsabilidade social e sua gestão

Segundo Waddock (2004), existem diversas visões, por vezes controversas e até conflitantes, entre acadêmicos sobre o que seja “responsabilidade social (ou corporativa), e mais ainda entre acadêmicos e o chamado “mundo da prática” (p. 5). Para a autora, a considerável lista de termos (tabela 1, p. 6) empregados em referência ao conceito serve para ilustrar, de certa forma, uma confusão terminológica que, ao mesmo tempo, testemunha sobre a difusão e o progresso da idéia. Mesmo assim, argumenta, muitos fatores parecem levar a uma verdadeira responsabilidade corporativa, separada da simples dominância do interesse de acionistas e comprometida com o interesse de um grupo mais amplo de stakeholders, para além do estrito objetivo da lucratividade (ou, menos eufemisticamente, do lucro) (p. 31).

Por exemplo, conforme sugerido por Ite (2004), a responsabilidade social das organizações tem o potencial de trazer poderosas contribuições para atender as necessidades de comunidades desfavorecidas nos países em desenvolvimento (p. 1). Vale notar que, anos antes, Gray et al. (1995) haviam assumido posição mais cética e certamente em outra direção quanto ao potencial da chamada “contabilidade ambiental”.

De acordo com o Instituto Ethos (2000), o conceito de responsabilidade social é amplo e se refere à ética como o princípio balizador das ações e das relações com todos os setores públicos com os quais a organização interage: acionistas, funcionários, consumidores, rede de fornecedores, meio-ambiente, governo, mercado e comunidade.

Para Ashley (2003), responsabilidade social pode ser definida como o compromisso que uma organização deve ter com a sociedade. Segundo este autor, ela é expressa por meio de atos e atitudes que afetem a sociedade positivamente, de modo amplo, ou alguma comunidade, de modo específico. Entre aquelas ações e atitudes McAddam e Leonard (2003) incluem os sistemas de qualidade, aí incluídos os modelos e metodologias inspirados nos princípios da gestão da qualidade, aliás, vistos como catalisadores da responsabilidade social na organização.

Já Cosenza e Kroetz (2006) afirmam que a gestão baseada na responsabilidade social e ambiental constitui a melhor forma de equilibrar as relações entre a sociedade e o sistema organizacional. Segundo estes autores, uma gestão socialmente responsável também precisa ter sensibilidade para identificar ativos e passivos “ocultos”, que, dentro do contexto contábil atual, dificilmente são registrados pelos sistemas de informação contábeis. Atualmente, prosseguem os autores, são importantes questões tais como a valoração de uma relação de parceria com fornecedores; o valor efetivo da carteira de clientes; o valor efetivo do ônus para a organização por ficar vulnerável a ações de responsabilidade civil, decorrentes de ações nocivas ao meio ambiente, ou trabalhistas, ocasionadas por desrespeito aos direitos dos funcionários. Na mesma direção, Perrini e Castaldo (2008) acreditam que uma organização socialmente responsável e capaz de desenvolver novas formas de interação e de engajamento com seus stakeholders pode reforçar a criação de valor sustentável e o aumento da confiança e dos vínculos com sua clientela.

Na visão de Maignan e Ferrell (2003), porém, pouco se sabia sobre o significado e a importância das responsabilidades corporativas para os consumidores em diferentes países. Em seu estudo eles compararam opiniões vindas dos Estados Unidos, da Alemanha e da França, concluindo que existem diferenças significativas entre os três países.

Soratto et al. (2006) afirmam que existe uma clara tendência na evolução e disseminação dos sistemas de gestão. Segundo estes autores, os sistemas de gestão têm evoluído, desde os sistemas de controle da qualidade do produto (atenção econômica voltada para o produto), passando pelos sistemas de gestão da qualidade (atenção econômica voltada ao processo e ao cliente), em seguida para os sistemas de gestão ambiental (atenção ambiental voltada sustentabilidade dos sistemas naturais), até chegar aos sistemas de gestão da responsabilidade social (atenção social voltada ao desenvolvimento sustentável de todas as partes interessadas).

Em interessante pesquisa brasileira sobre o tema da responsabilidade social vislumbrou-se que ela pressupõe o reconhecimento da comunidade e da sociedade como partes interessadas nas ações e atividades organizacionais que apresentam necessidades específicas a serem atendidas (BNDES, 2000). Desta forma, segundo este estudo torna-se de suma relevância a publicação de relatórios gerenciais que divulguem estas atividades, dando, assim publicidade a conexão da organização com a realidade social do país e dos seus recursos humanos.

Os mesmos Cosenza e Kroetz (2006) afirmaram que, apesar de crescente em quase todos os países do mundo, o nível de apresentação de relatórios sociais permanece como um ato voluntário das organizações, que, primeiro, buscam, ainda, melhorar seus sistemas de gestão para depois então ampliar a aproximação com os stakeholders. Abordando empiricamente a questão e estudando ampla gama de informações ditas “sociais”, Adams, Hill e Roberts (1998) haviam notado que as tentativas de atrasar a legislação nessa área possivelmente indicam que a economia política deve ser o referencial adequado para identificar os diversos fatores que diferenciam os comportamentos organizacionais de evidenciação de informações de natureza social (p. 18).

Assumindo outro olhar, Thomson e Bebbington (2005) vão além, ao afirmarem que, tendo os relatórios corporativos- especialmente os de inspiração social ou ambiental – caráter pedagógico, a obra de Paulo Freire é relevante para avaliar tais relatórios na medida em que focaliza as possibilidades críticas e emancipatórias da educação (p. 511-515; 527-530).

No que tange às tendências futuras, seguindo Kreitlon (2004), pode-se dizer que as abordagens acerca da Responsabilidade Social estão adquirindo características prescritivas e normativas, por intermédio do aporte de ferramentas teóricas, modelos de análise, conceitos complementares e criação de indicadores de sustentabilidade. Nisso o autor converge com Waddock (2004) para quem a efetivação e a disseminação da RSC envolvem objetivos múltiplos e por isso mesmo demandam sistemas de mensuração mais abrangentes, tais como o balanced scorecard, as avaliações holísticas de desempenho e a auditoria social (p. 32).

2.2 O Balço Social: definição e objetivos

Há cerca de dez anos Hegde, Bloom e Fuglister (1997) escreviam que, a despeito da ampla discussão sobre a integração de medidas “sociais” dentre os instrumentos mais tradicionais na mensuração organizacional, internacionalmente os conceitos necessários eram aceitos com reservas. Ironicamente, diziam eles, na Índia, um país em desenvolvimento, já havia vários exemplos de contabilidade “social”, especialmente nas empresas públicas (p. 155).

De acordo com o Instituto Ethos (2003) a preocupação institucional com a função social da propriedade surge na Constituição da República de Weimar, em 1919. Ao longo do século passado diversas iniciativas contribuíram para o estabelecimento de uma metodologia de mensuração do compromisso social das organizações produtivas do mundo capitalista. Essa metodologia devia ser concretizada em um instrumento capaz de documentar sistematicamente informações socialmente relevantes sobre o mundo dos negócios, especialmente as empresas. No final dos anos 60 e início dos 70 duas iniciativas específicas merecem destaque.

Primeiro, no campo acadêmico, o relatório da comissão estabelecida pela American Accounting Association (1971) deu início a uma série de publicações sobre o balanço social sob várias denominações nacionais, tais como Corporate Social Accounting (Estados Unidos e Reino Unido), Bilan Social (França e Bélgica), Sozialrechnung (Alemanha), Balance Social (Espanha) ou Bilancio Sociale di Impresa (Itália), entre outras (BERTHOIN ANTAL et al., 2002). No entanto, até meados dos anos 80 era reduzido o número de autores que se ocupavam do tema (BERTHOIN ANTAL et al., 2007). Segundo, na França, no campo legislativo, as iniciativas oficiais começaram por volta de 1972 até que o Code du Travail, promulgado em 1977, dedicou ao Bilan Social todo o seu Capítulo VIII. No caso francês a ênfase focalizava os dados (“sociais”) relativos à situação do emprego e dos empregados de uma organização.

Neste ponto do estudo, cabe comentar a adequabilidade da aplicação na MB de alguns desses modelos de balanços sociais acima citados, já existentes em outras nações.

O balanço social português foi instituído através da lei nº. 141 de 1985, mas somente após o Decreto-lei nº. 9/92, tal demonstrativo passou a dar mais ênfase às ações sociais da empresa em relação à melhoria de vida da comunidade (FREIRE e REBOUÇAS, 2001). Espelhado no balanço social francês, o exigido por Portugal está dividido em cinco partes: emprego; custos com pessoal; higiene e segurança; formação profissional; e proteção social complementar.

A referida lei obriga todas as empresas com mais de 100 funcionários à elaboração do balanço social, e seu principal usuário é o Ministério do Emprego e da Seguridade Social, que envia cópias às associações, sindicatos dos empregados, e à Inspeção Geral do Trabalho (CUNHA e RIBEIRO, 2004). Porém uma crítica feita por Freire e Rebouças (2001, p. 95) refere-se ao fato de “a Lei nº. 141/85 não prever a participação das empresas em projetos sociais voltados à sociedade, nem à participação em projetos ambientais”. Desta

forma, este modelo não seria adequado para aplicação na MB, já que a Força deixaria de demonstrar os diversos projetos sociais e ambientais atualmente existentes.

O balanço social, na Bélgica, foi regulamentado por intermédio de um decreto real instituído em 4 de agosto de 1996. A versão completa do demonstrativo belga se divide em quatro categorias: estado das pessoas ocupadas, movimento do pessoal durante o exercício, informações sobre manutenção, e criação de empregos e formação dos trabalhos durante o exercício (FREIRE e REBOUÇAS, 2001).

O balanço social belga compõe as demonstrações anuais e é exigido de todas as empresas (CUNHA e RIBEIRO, 2004). Mas apesar dessa obrigatoriedade, ele fornece um número demasiadamente reduzido de indicadores econômicos e sociais (FREIRE e REBOUÇAS, 2001, p.101), não sendo, portanto adequado para utilização na MB.

A publicação do balanço social na França é obrigatória desde o ano de 1977. A Lei 77.769 de 12 de junho de 1977, promulgada durante o governo de Valéry Giscard d'Estaing, instituiu a obrigatoriedade da elaboração e divulgação de um novo conjunto de informações sociais àquelas organizações com mais de 750 empregados a partir de 1979, e a partir de 1982 estendeu essa exigência às que contassem com mais de 300 empregados. Até então, apesar dos empregados serem considerados como usuários das informações contábeis, uma análise mais detalhada das Demonstrações Contábeis existentes revelava que, apesar destas contarem com uma quantidade bastante significativa de dados quantitativos e qualitativos, estes serviam principalmente aos acionistas, investidores, credores, clientes e fiscos, não trazendo, entretanto, essas peças, informações acerca de salários e outros benefícios. Apesar dos inegáveis méritos, o modelo francês foi criticado por Freire e Rebouças (2001) por concentrar-se demasiadamente nas informações alusivas aos recursos humanos, evidenciando quase que somente as relações dos empregados com a empresa. Além disso, diferentemente do que ocorre com as demonstrações contábeis tradicionais, que são elaboradas por um contador e, em alguns casos, conferidas por um auditor, o balanço social francês é geralmente feito por um empregado ligado à área de recursos humanos, o que empobrece o aspecto contábil das informações geradas. Na visão de Perottoni e Cunha (1997), o Balanço Social representa “um conjunto de informações econômicas e sociais e que tem por finalidade a divulgação de informações sobre o desempenho econômico e financeiro das empresas, sendo a sua atuação em benefício da sociedade” (p. 13). De acordo com Iudicibus, Martins e Gelbcke (2000), o balanço social tem por objetivo demonstrar o grau de responsabilidade social assumido pela organização e assim prestar contas à sociedade pelo uso do patrimônio público, constituído dos recursos naturais, humanos e o direito de conviver e usufruir os benefícios da sociedade em que atua. Segundo Kroetz (2000), o balanço social representa “a demonstração dos gastos e das influências (favoráveis e desfavoráveis) recebidas e transmitidas pelas organizações na promoção humana, social e ecológica” (p. 136). Afirmando que o objetivo do balanço social é compreender a atuação social da organização, o autor sustenta que, antes de ser uma obrigação, é um instrumento de apoio à gestão, pelo qual se mostra a face interna e externa da organização, o que permite sua avaliação, sua análise e os ajustamentos necessários.

2.3 Modelos de Balanço Social utilizados no Brasil e o modelo IBASE

Kroetz (2000) destaca que o balanço social deve conter informações tais como: Geração de novos postos de trabalho; Atividades realizadas no desenvolvimento profissional e bem-estar dos seus funcionários através de investimentos em relações profissionais, formação/treinamento; Segurança e medicina no trabalho, alimentação e transporte de empregados, assistência social a empregados e seus dependentes e benefícios sociais concedidos etc; Demonstração da distribuição da riqueza gerada pela empresa (salários, impostos, lucros etc.); e Política de proteção ao meio ambiente.

Apesar da ampla literatura hoje existente sobre Balanço Social, poucos são os trabalhos localizados cuja temática seja centrada na sua aplicação por órgãos do poder público e, nestes, as propostas baseiam-se na aplicação direta por similaridade, carecendo de uma melhor fundamentação teórico-conceitual para embasar essa aplicação (ALBUQUERQUE et al., 2006).

Numa pesquisa realizada por Reis et al. em 2007 abordando a distribuição geográfica, a temática e a evolução da produção dos pesquisadores nacionais, que abordassem assuntos relativos à Contabilidade do setor público, foi verificado que somente 2,7% dos artigos analisados (publicados em três congressos com periodicidade anual, considerados relevantes no meio acadêmico nacional: o Encontro Nacional da Associação de Pós-Graduação em Administração - ENANPAD, o Congresso Brasileiro de Custos e o Congresso USP de Controladoria e Contabilidade) versavam sobre a contabilidade pública, sendo que destes, apenas 4,3% tinham como temática principal o balanço social no setor público. No Brasil, não existe um modelo de Balanço Social específico obrigatório a ser utilizado pelas instituições públicas. Dentre os mais utilizados no Brasil, destacam-se três:

- o modelo do IBASE, um modelo reduzido e simplificado que prima pela divulgação dos resultados a todos os públicos interessados, principalmente os colaboradores da empresa;
- o do GRI (Global Reporting Initiative), organização internacional multi-stakeholder, que conta com mais de mil membros em sua rede e que propõe um padrão internacional de relatório de sustentabilidade, baseado no triple bottom line (termo utilizado para refletir um conjunto de valores, de objetivos e de processos que uma organização deveria contemplar através do objetivo);
- e o do Instituto Ethos, baseado nas diretrizes do GRI e adaptado ao cenário brasileiro.

O modelo do Instituto Ethos e as diretrizes do GRI são modelos analíticos, aos quais poderia ser incorporado o modelo do IBASE, como anexo.

Provavelmente o modelo mais conhecido no país - e que se tornou, mesmo, referência nacional - é o do IBASE, já publicado e adotado - com sucesso - por grandes organizações nacionais, públicas e privadas, tais como Banco do Brasil, CEF, Itaú, Petrobrás, TAM, Usiminas, Furnas, Telemar, Grupo Pão de Açúcar, Votorantim, entre outras. Trata-se de um modelo simples e objetivo, que atende aos principais requisitos descritos pelos autores pesquisados, tendo sido desenvolvido com a colaboração de empresas públicas e privadas.

Este modelo alia as vantagens da simplicidade e da objetividade à possibilidade de permitir comparações, além de ser de fácil manuseio pelas organizações devido ao amplo acesso oferecido pelo IBASE.

Esse modelo foi aperfeiçoado algumas vezes e hoje serve como um referencial no Brasil e no exterior (PUPPIM DE OLIVEIRA, 2005). Num estudo realizado entre as 500 maiores empresas não-financeiras nacionais realizado em 2005 por Puppim de Oliveira, foi verificado que daquelas que publicaram relatórios sociais, um terço delas utilizavam o modelo IBASE, sendo que a maioria das restantes utilizavam modelos próprios.

Segundo dados do Guia para Elaboração de Balanço Social e Relatório de Sustentabilidade 2007 do Instituto Ethos, no Brasil, foram elaborados em 2005 cerca de 250 relatórios com os indicadores estabelecidos pelo IBASE e 15 com os indicadores estabelecidos pelo GRI.

Frey, Marcuzzo e Oliveira (2008) justificaram a escolha desse modelo para proposição de um modelo de balanço social para o setor público municipal, em função de sua estrutura objetiva e aceitação convalidada pelos seus usuários. Para tais autores, o modelo IBASE contempla informações que podem ser obtidas nos sistemas de orçamento e contabilidade de esferas públicas com maior grau de facilidade, se comparado aos outros modelos existentes. A informação se torna útil quando fornece base para tomada de decisões ou permite que se extraia conclusões. A utilidade do balanço social aumenta quando suas informações são apresentadas de forma que permita a comparação de uma entidade com outra, ou com diferentes períodos.

Em um estudo sobre os balanços sociais elaborados pelas maiores indústrias do Estado de Santa Catarina, Pinto e Ribeiro (2003) apontam que “todos os Balanços Sociais examinados foram elaborados de maneira diferente [...]. Isto impossibilita que os diferentes usuários da informação possam melhor usufruir deste veículo”.

Desta forma, caso a MB ou qualquer stakeholder deseje estabelecer paralelo entre o grau de responsabilidade social existente naquela instituição e qualquer outra, será mais fácil executar tal tarefa se as organizações pesquisadas utilizem metodologias similares na confecção de seus relatórios. O modelo IBASE, em razão de ser o mais utilizado pelas grandes entidades nacionais, seria, em tese, aquele que mais favoreceria essa comparabilidade, já que se poderia utilizar os mesmos princípios de elaboração, indicadores padronizados e similaridade de formato.

Tal pensamento é corroborado quando Carvalho e Siqueira (2005) afirmam que apesar da existência iniciativa em alguns entes federativos em instituir o balanço social nestas esferas ser um avanço à questão, o fato de cada município e/ou estado instituir um modelo diferente de balanço social, mesmo que tais diferenças não sejam tão grandes, prejudica a realização de análises comparativas de balanços sociais quando se tratam de organizações localizadas em estados e/ou municípios diferentes.

Atualmente, no setor público, aqui definido como sendo o governo central (governo federal, o sistema de previdência social e o Banco Central do Brasil), os governos estaduais e municipais, e as empresas públicas (federais, estaduais e municipais), existem diversos

casos de organizações que publicaram com sucesso seus balanços sociais por meio do modelo IBASE. Dentre elas destacam-se:, Caesb – Cia. de Saneamento do Distrito Federal, Cagece – Cia. de Água e Esgoto do Ceará, Banco do Brasil, Banrisul, BNDES, CEF, CEEE – Cia. Estadual de Energia Elétrica – RS, CEG – Cia. Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro, Cedae – Cia. Estadual de Águas e Esgotos, Celg – Centrais Elétricas de Goiás, Celpa – Centrais Elétricas do Pará, Celpe – Cia. Energética de Pernambuco, Coelba – Cia. de Eletricidade do Estado da Bahia, Coelce – Cia. Energética do Ceará, ECT Nacional – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Embratel – Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A, Emepa – Empresa Estadual de Pesquisa da Paraíba, Petrobrás – Petróleo Brasileiro S/A, Sanepar – Cia. de Saneamento do Paraná.

Cabe ressaltar que na esfera municipal também há iniciativas nesse sentido. As prefeituras de Joinville/SC e Agudos do Sul/PR já publicaram balanços sociais, baseadas no modelo IBASE.

Por todos esses motivos apresentados, decidiu-se pela utilização do modelo IBASE de balanço social, com algumas adaptações, em função das características das atividades peculiares desenvolvidas pela Marinha.

Para tornar-se viável sua utilização pelo setor público, o modelo foi adaptado às peculiaridades atinentes ao orçamento e à contabilidade na Marinha. O modelo proposto pelo IBASE dispõe de uma estrutura em seis partes, conforme descrito a seguir:

- 1) Informações acerca da base de cálculo, com os valores referentes à receita líquida, lucro operacional e folha de pagamento bruta;
- 2) Informações acerca dos indicadores sociais internos, especificamente sobre alimentação, educação, cultura, previdência, saúde, e outros;
- 3) Informações acerca dos indicadores sociais externos, apresentando-se dentre outros, os investimentos feitos em educação, saúde, cultura e esportes, além dos tributos pagos ao Governo;
- 4) Informações acerca dos indicadores ambientais;
- 5) Informações acerca dos indicadores do corpo funcional; e
- 6) Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial.

Para alcançar o objetivo desta pesquisa, deve-se investigar quais são e como seriam viabilizadas as necessárias adaptações do Modelo IBASE ao caso da organização pública selecionada.

3 Metodologia

Nesta seção são examinados o processo de pesquisa (§ 3.1) e o perfil da organização a ser estudada (§ 3.2).

3.1 Processo de pesquisa

O primeiro estágio da pesquisa foi um exame da literatura existente sobre a responsabilidade social e balanço social. Foi realizada pesquisa bibliográfica em revistas especializadas, livros, artigos, dissertações, teses, trabalhos apresentados em congressos, preferencialmente disponíveis na rede mundial de computadores (internet). Foram igualmente consultadas certas Normas Internas da MB como fonte para o desenvolvimento das idéias centrais e como referência às principais informações utilizadas ao longo deste estudo.

Finda esta etapa, iniciou-se o estudo de caso propriamente dito. O estudo de caso é definido por Collis e Hussey (2005, p. 72 e 73) como um exame extensivo de um único exemplo de um fenômeno de interesse. Seu objetivo é verificar a adequação do modelo preliminar.

Quanto ao método de coleta de dados num estudo de caso, podem ser verificadas a análise documentária, as entrevistas e a observação (COLLIS e HUSSEY, 2005). Na presente pesquisa, foram utilizadas a análise documentária e as entrevistas. A busca dos dados foi iniciada por meio de uma pesquisa documental em publicações, atos normativos, documentos administrativos e legislação específica sobre o assunto, existentes na MB, mais especificamente nos setores da Diretoria Geral de Navegação (DGN), Diretoria-Geral do Pessoal da Marinha (DGPM), Secretaria-Geral da Marinha (SGM) e do Gabinete do Comandante da Marinha (GCM). O conhecimento sobre o funcionamento da estrutura organizacional da MB e outras pesquisas sobre as normas que disciplinam as competências dos principais órgãos componentes da estrutura administrativa da Força sugeriram a escolha daquelas Organizações Militares que, princípio, seriam responsáveis por gerar os dados necessários à construção e implementação do instrumento. Esta fase desenvolveu-se através de entrevistas estruturadas com oficiais superiores, lotados em organizações militares subordinadas àqueles setores, já citados, identificados como responsáveis pelo gerenciamento das informações que interessam ao presente estudo. As entrevistas consistiram na aplicação de um questionário com cinco perguntas abertas que procuravam verificar, dentro dos órgãos pesquisados, a existência dos dados necessários à formulação do balanço social na MB.

Para a análise dos dados, utilizou-se uma forma simplificada do método de análise de conteúdo, que, segundo Collis e Hussey (2005), é uma maneira de converter sistematicamente texto em variáveis numéricas para a análise quali-quantitativa de dados. Segundo esses autores, o material que está sendo analisado é qualificado em várias unidades de código que, em geral, são pré-construídas pelo pesquisador.

Neste estudo, procurou-se identificar e indicar em que sistemas de informações, existentes atualmente na MB, os dados relativos às ações sociais desenvolvidas pela Força estariam disponíveis para serem coletados. Em outros termos, foram identificados (a) os dados disponíveis para consulta na Marinha do Brasil, (b) em que Organização Militar eles podem ser coletados e (b) que sistemas de informação os disponibilizam.

A análise consistiu na tentativa de confrontar, por matching, os dados existentes e coletáveis nos sistemas de informações citados com aqueles constantes dos diversos indicadores existentes no modelo de balanço social escolhido para esta pesquisa, ou seja, o modelo do IBASE. Ao final da análise completa, ordenaram-se os dados de acordo com a codificação obtida, para que pudessem ser dispostos em uma ordenação semelhante à do balanço social do IBASE (ver anexo 1). Dessa ordenação resultou um protótipo que pode ser considerado como primeira versão de um modelo específico de balanço social para a MB, cumprindo-se o objetivo da pesquisa.

3.2 A unidade de análise - a Marinha do Brasil

A unidade de análise escolhida foi a Marinha do Brasil, em função da sua representatividade para a sociedade nacional, bem como pela disposição em fornecer os dados necessários para o desenvolvimento da pesquisa.

Segundo o Art. 142 da Constituição Federal (CF), cabe à Marinha, em conjunto com as demais Forças Armadas, a defesa da Pátria, a garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem. De acordo com o Art. 17 da Lei Complementar nº 97, de 9/06/99, que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, essas têm como atribuição subsidiária, de caráter geral, cooperar com o desenvolvimento nacional e a defesa civil, na forma determinada pelo Presidente da República.

Cabem, ainda, à Marinha as seguintes atribuições subsidiárias particulares:

- orientar e controlar a Marinha Mercante e suas atividades correlatas, no que interessa à defesa nacional; prover a segurança da navegação aquaviária;
- contribuir para a formulação e condução de políticas nacionais que digam respeito ao mar; e
- implementar e fiscalizar o cumprimento de leis e regulamentos, no mar e nas águas interiores, em coordenação com outros órgãos do poder executivo, Federal ou Estadual, quando se fizer necessária, em razão de competências específicas.

De acordo com o Decreto 5417/2005, a Marinha do Brasil, instituição nacional permanente e regular, organizada com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, destina-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

Considerando a extensão da costa litorânea brasileira e a existência e amplitude de diversas bacias hidrográficas em território brasileiro, aliadas à desigual distribuição demográfica e de recursos de várias naturezas ao longo desse território, não é difícil reconhecer que, em adição e para além de suas responsabilidades constitucionais e estritamente militares, a MB se defronta permanentemente com questões cujo caráter social é inegável e se soma a todas aquelas responsabilidades específicas. Em outras palavras, a simples presença da MB no território nacional faz com que ela se defronte com

uma enorme gama de problemas de cunho social que ela precisa ajudar a enfrentar com uma perspectiva igualmente aberta e ultramilitar.

4 Análise dos resultados

O modelo de balanço social proposto neste estudo consiste basicamente na adaptação do modelo sugerido pelo IBASE, considerando-se o suporte teórico e as contribuições dos sujeitos sociais pesquisados. Tomando-se por base esse modelo, apresentou-se a sugestão das sete seções que serviriam de base para a construção do modelo aqui proposto para a Marinha do Brasil, a saber: Mensagem de apresentação; Base de cálculo; Indicadores sociais internos; Indicadores sociais externos; Indicadores ambientais; Indicadores do corpo funcional; e Outras informações.

Para a Mensagem de apresentação, conforme sugere Mariano (2003), o ideal é que haja uma introdução contendo palavras do dirigente máximo da organização sobre a atuação social da mesma para que o relatório ganhe importância e seja valorizado. Para as demais seções, verificou-se junto aos órgãos pesquisados se os dados realmente poderiam ser disponibilizados na MB. Assim, surgiu o quadro constante do Anexo 2.

A primeira parte do balanço social é composta pelo indicador denominado Base de Cálculo. No modelo do IBASE, são apresentados três campos, Receita líquida (RL); Resultado operacional (RO); e Folha de pagamento bruta (FPB). Cabe salientar que em tal modelo, os campos constantes dos itens denominados indicadores sociais externos, indicadores sociais internos e indicadores ambientais são relacionados, em termos percentuais, com os valores encontrados para RL, RO e FPB. As informações atinentes a esses campos foram conseguidas junto à Diretoria de Administração da Marinha (DAdM), à Diretoria de Finanças da Marinha (DFM) e à Pagadoria de Pessoal da Marinha (PAPEM), todos estes órgãos subordinados à cadeia de comando da SGM.

A Segunda parte do balanço social representa o total de recursos investidos pela organização no público interno, os chamados Indicadores sociais internos. As informações constantes deste tópico foram conseguidas junto à DAdM. Foi sugerido que os dados alusivos aos campos constantes dos Indicadores sociais internos fossem obtidos a partir de consulta ao Sistema do Plano Diretor. Este Sistema, criado e gerenciado na própria DAdM, extrai dados financeiros relativos aos gastos efetuados pela MB nos seus diversos Programas de Trabalho, previstos no Plano Plurianual (PPA) da Marinha do Brasil .

Tendo em vista que os dados alusivos a esse indicador são de caráter financeiro, procurou-se estabelecer uma relação entre cada campo presente no modelo IBASE e aqueles existentes no Quadro de Detalhamento de Ações do Plano Plurianual (PPA) da MB, divulgado pela Coordenadoria do Orçamento da Marinha no ano de 2007, que abrangeu o período de 2006-2009.

Dentro ainda do enfoque dos campos atinentes aos Indicadores Sociais Internos, sugere-se a criação de um novo campo que se chamaria Assistência Integrada. Este campo seria criado em função de alguns serviços específicos que são prestados pela MB na área de

assistência social ao seu pessoal e dependentes, constituindo o Serviço de Assistência Integrada ao Pessoal da Marinha, com uma estrutura toda montada na instituição para atender as demandas do mesmo.

Os Indicadores sociais externos, que se constituem na terceira parte do balanço social, discriminam o total de investimentos realizados pela organização na sociedade. Os itens constantes na demonstração aparecem como indicações de setores importantes nos quais a organização deve investir (como: habitação, creche, lazer e diversão, por exemplo). Consideram-se, ainda, como integrantes dos indicadores sociais externos os tributos (excluídos os encargos sociais) recolhidos pela instituição ao erário. As informações constantes deste tópico foram conseguidas junto à DAdM. Foi sugerido que os dados alusivos aos campos constantes dos Indicadores sociais externos fossem obtidos a partir de consulta ao Sistema do Plano Diretor, a exemplo dos Indicadores sociais internos.

Os Indicadores ambientais representam a quarta seção do balanço social e discriminam o total de investimentos realizados pela organização no meio ambiente. Os investimentos relacionados com a produção/operação da organização são gastos que visam a melhoria contínua da qualidade ambiental neste setor da organização. Estes investimentos podem ser representados por programas de auditoria ambiental, educação ambiental para empregados, monitoramento da qualidade dos resíduos criados pela produção, etc.

Os investimentos em programas/projetos externos dizem respeito aos gastos da organização com despoluição, conservação de recursos ambientais, reflorestamento, campanhas ecológicas, etc.

O modelo do IBASE apresenta os dois campos a serem preenchidos na estrutura deste indicador, sendo um relacionado aos Investimentos ligados com a produção/operação da organização e outro com investimentos em programas e/ou projetos externos. A Diretoria de Portos e Costas (DPC), órgão subordinado à cadeia de comando da DGN, foi designada como Diretoria Técnica Especializada em Gestão Ambiental na Marinha (SGA), devendo, para tanto, realizar as atividades técnicas normativas e de supervisão relacionadas com a implantação e o acompanhamento do SGA das Organizações Militares da MB. Em entrevista junto à DPC, foi verificado que aquela Diretoria não possui um sistema de informações específico que possa disponibilizar os dados alusivos aos campos constantes nestes Indicadores. Contudo, no intuito de estabelecer as normas e procedimentos para a implantação e acompanhamento dos SGA nas Organizações Militares da MB, a DPC expediu as Normas Técnicas Ambientais (NORTAM). Com base no resultado da avaliação que cada Organização Militar elabora sobre os impactos ambientais e suas peculiaridades, é estabelecido o Programa de Gestão Ambiental que considera os objetivos, metas e projetos ambientais, citando setores responsáveis, prazos e recursos necessários para sua execução. Cada Organização Militar deve ainda, segundo estas Normas, monitorar suas operações e impactos significativos sobre o meio ambiente, bem como medir periodicamente os indicadores de desempenho ambiental.

Os Indicadores do corpo funcional, a quinta parte do balanço social, discriminam informações relacionadas ao corpo funcional da organização. Em entrevista Diretoria de

Pessoal Militar da Marinha (DPMM). Já a Diretoria de Pessoal Civil da Marinha (DPCvM), foi verificado que cada uma delas possui um sistema gerencial de informações do pessoal. A DPMM possui o SisPes (Sistema corporativo de pessoal da DPMM), que guarda dados relativos ao pessoal militar e a DPCvM possui o sistema de gerenciamento do pessoal civil da marinha (GEPEC), que guarda dados relativos ao pessoal civil. Há também um outro sistema, denominado Sistema de Gerenciamento de Identificação da Marinha (SIGIM) que congrega dados do pessoal da Marinha que são utilizados quando de sua identificação, tais como filiação, data de nascimento, altura, cor da pele, CPF, estado civil, naturalidade, tipo sanguíneo etc.

Ao seguir, encontra-se o item Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial. Contudo, muitos dos campos existentes no modelo IBASE não se aplicam a uma organização pública, no caso específico uma instituição militar. A seguir, serão explicitadas as informações coletadas alusivas a cada um dos campos que compõem este tópico:

A relação entre a maior e menor remuneração na organização - Este questionamento foi feito diretamente à Pagadoria de Pessoal da Marinha, órgão que executa o pagamento de pessoal na MB. Foi informado que estes dados podem ser obtidos através de consultas ao Sistema de Pagamento de Pessoal da Marinha (SISPAG) e ao Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE).

Número total de acidentes no trabalho - Através das entrevistas realizadas na DPMM e DPCvM, verificou-se que estas Diretorias possuem em seus registros.

Indicar responsáveis (comando, direções ou militares/servidores) por definir os projetos sociais e ambientais desenvolvidos - Durante a entrevista realizada na DASM (Órgão de planejamento e supervisão técnica das atividades do Serviço de Assistência Integrada ao Pessoal da Marinha), ficou evidenciado que esta Diretoria é responsável por propor os projetos sociais em vigor na MB, submetendo-os à aprovação do seu Comando Superior, no caso a DGPM. Durante a entrevista realizada na DPC, foi verificado que aquela Diretoria é a responsável pelo gerenciamento do sistema de gestão ambiental e da política ambiental na Marinha.

Indicar responsáveis (comando, direções ou militares/servidores) por definir os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho - Não houve dentro das entrevistas e pesquisas realizadas resposta que indicasse que Organização Militar da Marinha define tais padrões.

Liberdade sindical - Quanto às informações relacionadas a este campo, não se aplica para os militares, pois estes são proibidos de sindicalizar-se e de participar de greves de qualquer movimento reivindicatório.

Previdência privada - Não se aplica a uma instituição militar em função dos regimes previdenciários próprios dos militares e servidores civis.

Participação nos lucros ou resultados - Este item também não se aplica, tendo em vista que a Marinha do Brasil é uma organização sem fins lucrativos.

Informar se a organização exige, sugere ou não considera os padrões éticos e de responsabilidade social na seleção dos fornecedores - Este tópico não se aplica às organizações públicas. A lei 8666/1993, lei de licitações, em seu artigo 3º, § 1º veda a inserção de qualquer cláusula ou condição que restrinja o caráter competitivo do certame licitatório ou que estabeleça tratamento diferenciado entre as empresas concorrentes.

Qual o nível de apoio para a participação de empregados em programas de trabalho voluntário - Durante a entrevista realizada na DASM, foi verificado que a MB ainda não possui um programa específico de trabalho voluntário.

Número total de reclamações e críticas de consumidores na organização, no Procon e na Justiça e % de reclamações e críticas atendidas e solucionadas na organização, no Procon e na Justiça. O Centro de Comunicação Social da Marinha (CCSM), órgão subordinado ao GCM, dispõe, no site da Marinha do Brasil (MB) na internet, de uma Caixa Postal (CCSM@gcm.mar.mil.br) que funciona como ouvidoria. Além disso, o CCSM recebe, por meio de cartas, reclamações ou sugestões sobre assuntos diversos relacionados à Marinha. Essas cartas e e-mails são respondidos ou encaminhados aos setores competentes da Marinha para que se reportem diretamente ao interessado, mantendo o Centro informado. Os assuntos relacionados à prestação de serviços são, de modo geral, afetos ao serviço de saúde da Marinha, ao tráfego aquaviário, a informações sobre como ingressar na MB e afetos às Capitâneas dos Portos. O acompanhamento destes dados é basicamente quantitativo, ao longo do tempo.

Esses dados poderiam ser encaminhados, no formato adequado, de forma periódica, ao órgão responsável pela consolidação do citado balanço, após a construção dos indicadores adequados as informações necessárias.

Quanto às reclamações efetuadas no PROCON, não se aplica à MB, pois aquele órgão se destina a proteger os que fazem compras ou contratam algum serviço. O Art. 3º da Lei 8.078 de 11/09/1990 (Código de Defesa do Consumidor) conceitua que fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços. A Marinha do Brasil, como órgão da Administração Direta e de cunho militar, prestando como serviço a Defesa Nacional no mar, além de outras atribuições subsidiárias, faz com que o elenco de seus consumidores seja diversificado e diferente do conceito mercadológico, não podendo ser enquadrada como fornecedor no sentido conceituado no Código do Consumidor.

No que concerne às reclamações emanadas pela Justiça, há na Diretoria de Pessoal Civil da Marinha, o Sistema de Cadastro de Ações Judiciais (SICAJ), que cadastra toda ação judicial existente envolvendo os servidores civis da Força. Além deste sistema, há também o Sistema de Justiça (SISJUS), o qual é gerenciado pela DPMM, que permite a visualização do trâmite das ações judiciais envolvendo os militares da MB.

O modelo IBASE ainda apresenta, nesta seção, para preenchimento, os campos de Valor Adicionado e Distribuição do Valor Adicionado. Segundo o pesquisador De Luca (1998, p.

28), “a Demonstração do Valor Adicionado é um conjunto de informações de natureza econômica. É um relatório contábil que visa demonstrar o valor da riqueza gerada pela empresa e a distribuição para os elementos que contribuíram para sua geração”.

Para Cosenza (2003, p. 11)

O valor adicionado é obtido mediante a diferença entre as vendas ou produção dessa empresa e o total de aquisições ou compras feitas para esse mesmo fim, representando a soma de toda a remuneração de esforços consumidos nas atividades da companhia. Para a determinação do valor adicionado e a elaboração da demonstração correspondente, é fundamental que se conheça o lucro obtido no período – DRE – e a destinação atribuída aos sócios ou acionistas, por conta de tal lucro: proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio.

Cosenza e Kroetz (2006) sugerem que a Demonstração do Valor Adicionado seja apresentada de forma separada do balanço social, em função de possuir características mais econômicas do que sociais, uma vez que sua ênfase focaliza o conceito de riqueza criada pela organização e na correspondente distribuição dessa riqueza entre os respectivos agentes econômicos que contribuíram para sua geração.

Tendo em vista que a organização pública em estudo não objetiva lucro, muito menos possui sócios ou acionistas, que são condições essenciais segundo os autores acima citados para cálculo do Valor Adicionado, não há, como se elaborar tal demonstrativo na MB. Assim, foi considerado que este campo não se aplica à pesquisa em pauta.

Ao final, o modelo IBASE, disponibiliza o item Outras informações, onde se pode inserir dados importantes quanto ao exercício da responsabilidade social, ética e transparência, o qual pode congrega quaisquer outras ações que a MB fizer nesse sentido.

5 Considerações finais

O propósito desta pesquisa foi desenvolver uma primeira aproximação de uma proposta de modelo específico de balanço social para a Marinha do Brasil de modo que este passe a se constituir num instrumento de gerência da responsabilidade social da instituição. A partir do estudo realizado, observou-se que:

- A demonstração do balanço Social, sob o prisma das Ciências Contábeis, necessita ser compreendida como resultado do processo de evolução dos sistemas de informações atuais. Desta forma, configura-se como resposta que advém da contabilidade para a sociedade, que está em permanente demanda por mais e melhores informações sobre a performance das organizações;
- O instrumento do Balanço Social complementa um conjunto de informações produzido pela contabilidade e que atende a uma quantidade maior de usuários do que os relatórios tradicionais produzidos por essa ciência, em função da natureza das informações nele contidas;
- Embora haja a possibilidade de transformá-lo em instrumento de propaganda das ações sociais desenvolvidas, esse não deve ser o principal alvo da organização quando da

decisão de implantar e divulgar o Balanço Social. A idéia é que ele seja concebido como uma ferramenta de gestão organizacional que relata as condições laborais ofertadas, a atuação social da organização, seu posicionamento perante a comunidade e o meio ambiente, ajudando a consolidar o envolvimento da MB com a sociedade brasileira;

- A visibilidade propiciada pela divulgação do Balanço Social permite demonstrar à sociedade em geral, influências favoráveis decorrentes da atuação da organização junto à sua comunidade. Tal procedimento permite valorizar a importância a marca institucional junto ao público-alvo;
- A implantação do balanço social produz benefícios de cunho gerencial, a partir do momento que disponibiliza informações que dão suporte ao processo de decisão organizacional;
- A organização, através do balanço social, também fortalece o seu relacionamento com os clientes, o que pode criar um clima de confiança, admiração e simpatia com os consumidores, além de eliminar eventuais impressões negativas porventura existam; e
- O balanço social ajuda a compreender a atuação social da organização, objetivando uma melhora contínua da mesma e não simplesmente transformá-lo em mais um serviço de divulgação.

Ao longo do trabalho, buscou-se, como objetivo maior, encontrar respostas para o seguinte problema: “Que modelo próprio poderia ser utilizado pela Marinha do Brasil para que o Balanço Social se constituísse em efetivo instrumento de gestão de sua responsabilidade social partindo-se do modelo IBASE?”. Em face do que foi exposto, pode-se dizer, inicialmente, que o modelo de balanço social a ser proposto precisaria de amplitude suficiente para que possa agregar um conjunto abrangente de informações sobre recursos humanos, meio ambiente e responsabilidade social. Ele também deveria abordar as expectativas dos diversos elementos que interagem com a organização e demonstrar à comunidade que ações e projetos têm sido desenvolvidos em busca do bem-estar social sustentável. Ademais, tendo em vista as características peculiares da organização pesquisada e tratando-se de uma primeira aproximação ao delineamento de um modelo definitivo, partiu-se da premissa de que a adaptação de um modelo que já configurasse experiências de sucesso em sua utilização e que atendesse os requisitos citados poderia melhor servir ao propósito buscado.

Diante desses requisitos, foi escolhido o modelo IBASE, hoje um dos mais utilizados pelas organizações brasileiras e que prevê a divulgação de indicadores sociais internos, externos, ambientais e do corpo funcional, além de informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial, o que atenderia à demanda de informações dos diversos stakeholders.

Daí buscou-se verificar (a) que dados constantes desse modelo poderiam ser coletados nos sistemas de informações da MB, (b) que outras informações seriam relevantes para divulgação pela instituição e (c) aquelas que não se aplicariam à instituição em função de suas características. Foi possível, então, chegar ao modelo proposto que aparece no Anexo

2. Esse modelo deve permitir não somente o exame de aspectos inerentes ao balanço social, mas também, se convier, a implantação de uma visão de responsabilidade social nesta secular organização brasileira.

Referências

- ADAMS, C. A.; HILL, W.; ROBERTS, C. B. Corporate Social Reporting Practices in Western Europe: legitimating corporate behaviour?, *British Accounting Review*, v. 30, n. 1, p. 1-21, 1998.
- ALBUQUERQUE, M. G.; FERREIRA, A. M.; MACHADO, M. V. V. Balanço Social para o setor público. ENAPG-ANPAD, 2., São Paulo, 2006. Anais... São Paulo: Enapg-Anpad, 2006.
- AMERICAN ACCOUNTING ASSOCIATION, Report of the Committee on non-financial Measures of Effectiveness, *The Accounting Review*, vol. 46, suppl., p. 165-212, 1971.
- ASHLEY, P.A. Ética e Responsabilidade Social nos Negócios. São Paulo: Saraiva, 2003.
- BERTHOIN ANTAL, A.; DIERKES, M.; MacMILLAN, K.; MARZ, L. Corporate Social Reporting Revisited, *Journal of General Management*, v. 30, n. 2, p. 77-98.
- _____; OPPEN, M.; SOBCZAK, A. (Re)discovering the Social Responsibility of Business in Germany. WZB Discussion Paper, no. SP III – 2007 – 101, Wissenschaftszentrum Berlin für Sozialforschung, Berlin, 2007.
- BNDES. Balanço Social e outros aspectos da responsabilidade social corporativa. Relatório Setorial n. 2, AS / GESET, Rio de Janeiro, 2000.
- CARVALHO, F. M., SIQUEIRA, J. R. M. de. Regulamentações brasileiras do balanço social. In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 5, 2005, São Paulo. Anais em CD-Rom.
- COLLIS, J.; HUSSEY, R. Pesquisa em Administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.
- COSENZA, J. P. A eficácia informativa da demonstração do valor adicionado. *Revista Contabilidade & Finanças*, Edição Comemorativa, outubro, 2003.
- _____; KROETZ, C. E. S. Formas de apresentação da informação social e ambiental. *Pensar Contábil*, v. VIII, n. 33, p. 5-16, 2006.
- CUNHA, J. V. A.; RIBEIRO, M. S. Evolução e diagnóstico atual do balanço social. In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 4, 2004, São Paulo. Anais eletrônicos. Disponível em: <<http://www.congressoeac.locaweb.com.br/artigos42004/281.pdf>>. Acesso em: 15mai.2009.
- DE LUCA, M. M. M. Demonstração do Valor Adicionado: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB. São Paulo: Atlas, 1998. 104 p.
- FREIRE, F. S.; REBOUÇAS, T. R. S. Uma descrição sucinta do Balanço Social Francês, Português, Belga e Brasileiro. In: SILVA, César Augusto e FREIRE, Fátima de Souza. Balanço Social: Teoria e Prática. São Paulo: Atlas, 2001.

FREY, M. R.; MARCUZZO, J. L., OLIVEIRA, C. O balanço social como ferramenta de transparência para o setor público municipal. *Revista Universo Contábil*, ISSN 1809-3337, Blumenau, v. 4, n. 2, p. 75-92, abr./jun. 2008.

GRAY, R.; WALTERS, D.; BEBBINGTON, J.; THOMSON, I. The Greening of Enterprise: an exploration of the (non) role of environmental accounting and environmental accountants in organizational change. *Critical Perspectives on Accounting*, v. 6, n. 3, p. 211-239, 1995.

HEGDE, P.; BLOOM, R.; FUGLISTER, J. Social Financial Reporting in India: a case. *The International Journal of Accounting*, v. 32, n. 2, p. 155-172.

INSTITUTO ETHOS. Responsabilidade social das empresas. São Paulo: Instituto Ethos, 2000.

_____. Guia de Elaboração do Balanço Social. São Paulo: Instituto Ethos, 2003.

ITE, U. E. Multinationals and corporate social responsibility in developing countries: a case study of Nigeria. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*. V. 11, N. 1, p. 1-11, 2004.

IUDÍCIBUS, S. de; MARTINS, E.; GELBCKE, E. R. Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

KREITLON, M. A Ética nas Relações entre Empresas e Sociedade: fundamentos da responsabilidade social empresarial. XXVIII Encontro ANPAD, Curitiba. In Anais . . . Curitiba: ANPAD, 2004.

KROETZ, C. E. S. Balanço Social: Teoria e Prática. São Paulo Atlas, 2000.

MARIANO, R. P. Modelo para a evidenciação da responsabilidade social – o caso eletrobrás. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – UERJ. Rio de Janeiro, 2003.

McADDAM, R.; LEONARD, D. Corporate social responsibility in a total quality management context: opportunities for sustainable growth. *Corporate Governance*, v. 3, n. 4, p. 36-45, 2003.

PEROTTONI, M.; CUNHA, A. S. da. Balanço Social. *Revista Brasileira de Contabilidade*, V. 26, N. 104, P. 12-20, 1997.

PERRINI, F.; CASTALDO, S. Editorial introduction: corporate social responsibility and trust. *Business Ethics: a European Review*. V. 17, n. 1, p. 1-2, 2008.

PINTO, A. L.; RIBEIRO, M. S. O Balanço Social Como Instrumento de Evidenciação de Responsabilidade Social: Um Estudo no Estado de Santa Catarina. In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 3, 2003, São Paulo. Anais eletrônicos. Disponível em: <<http://www.eac.fea.usp.br/congressousp/congresso3/trabalhos/323.pdf>>. Acesso em: 16 maio 2009.

PUPPIM DE OLIVEIRA, J. A. Uma avaliação dos balanços sociais das 500 maiores. *RAE-eletrônica*, v. 4, n. 1, art. 2, jan./jul. 2005. Disponível em: <<http://www.rae.com.br/>>

eletronica/index.cfm?FuseAction=Artigo&ID=2081&Secao=ARTIGOS&Volume=4&Numero=1&Ano=2005>. Acesso em: 15mai.2009.

REIS, L. G. dos ; SLOMSKI, V. ; PEREIRA, C. A.; MELLO, G. R. de . A pesquisa brasileira em contabilidade do setor público: uma análise após a implementação da Lei de Responsabilidade Fiscal. RIC/UFPE - Revista de Informação Contábil, v. Vol. 1, p. 89-101, 2007.

SORATTO, A. N.; MORINI, A.A.; ALMEIDA, M. A. S.; KNABBEN, P.S.; VARVAKIS, G. Sistema da Gestão da Responsabilidade Social: Desafios para a Certificação NBR 16001. Gestão Industrial, v. 2, n. 4: p. 13-25, 2006.

TINOCO, J.E.P. Balanço Social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública nas organizações. São Paulo: Atlas, 2001.

THOMSON, I.; BEBBINGTON, J. Social and Environmental Reporting in the UK: a pedagogic evaluation. Critical Perspectives on Accounting, v. 16, n. 5, p. 507-533, 2005.

WADDOCK, S. Paralell Universes: companies, academics, and the progress of corporate citizenship, Business and Society Review, v. 109, n. 1, p. 5-42, 2004.

Paulo André de Barros Corrêa é mestre pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, pauloandrecorrea@gmail.com Endereço: Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) R. São Francisco Xavier, 524 - 9º andar - Bloco E Maracanã - Campus Francisco Negrão de Lima 20550-900 - Rio de Janeiro - RJ	Frederico Antônio Azevedo de Carvalho é Professor do Mestrado de Ciências Contábeis da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, fdecarv@gmail.com Endereço: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, (UERJ) R. São Francisco Xavier, 524 - 9º andar - Bloco E Maracanã - Campus Francisco Negrão de Lima 20550-900 - Rio de Janeiro - RJ
Francisco José dos Santos Alves é Professor do Mestrado de Ciências Contábeis da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, francisco.jose.alves@terra.com.br Endereço: Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) R. São Francisco Xavier, 524 - 9º andar - Bloco E Maracanã - Campus Francisco Negrão de Lima 20550-900 - Rio de Janeiro - RJ	

ANEXO 1 - Tabela de equivalências entre os modelos IBASE e MB

INDICADORES IBASE	INDICADORES MB
1. Base de Cálculo	
1.1. Receita Líquida	Limite de Movimentação e Empenho
1.2. Resultado Operacional	-
1.3. Folha de Pagamento Bruta	Folha de Pagamento Bruta
2. Indicadores Sociais Internos	
2.1. Alimentação	Municiamento
2.2. Encargos sociais compulsórios	Encargos sociais compulsórios
2.3. Previdência Privada	-
2.4. Saúde	Saúde
2.5. Saúde e Segurança no trabalho	-
2.6. Educação	Educação
2.7. Cultura	Cultura
2.8. Capacitação e desenvolvimento profissional	Capacitação e desenvolvimento profissional
2.9. Creches e Auxílio Creche	Creche ou auxílio-creche
2.10. Participação nos lucros ou resultados	-
2.11. Outros benefícios	Outros
-	Assistência Integrada
3. Indicadores Sociais Externos	
3.1. Educação	Educação
3.2. Cultura	Cultura
3.3. Saúde e Saneamento	Não Existe
3.4. Esporte	Não Existe
3.5. Combate à fome e segurança alimentar	Não existe
3.6. Outros	Outros
3.7. Tributos	Tributos

Continua ...

Continuação

4. Indicadores ambientais	
4.1. Relacionados com a operação da empresa	Investimentos em Programas Ambientais
4.2. Em Programas e/ou projetos externos	
4.3. Metas anuais	Metas anuais
5. Indicadores do corpo funcional	
5.1. Nº de empregados ao final do período	Nº de empregados ao final do período
5.2. Nº de admissões durante o período	Nº de admissões durante o período
5.3. Nº de empregados terceirizados	Nº de empregados terceirizados
5.4. Nº de estagiários (as)	Nº de estagiários(as)
5.5. Nº de empregados acima de 45 anos	Nº de empregados acima de 45 anos
5.6. Nº de mulheres que trabalha na empresa	Nº de mulheres que trabalha na organização
5.7. % de cargos de chefia ocupados por mulheres	% de cargos de chefia ocupados por mulheres
5.8. Nº de negros que trabalha na empresa	Nº de negros que trabalha na organização
5.9. % de cargos de chefia ocupados por negros	% de cargos de chefia ocupados por negros
5.10. Nº de empregados portadores de deficiência	Nº de empregados portadores de deficiência
6. Informações relevantes	
6.1. Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	Relação entre a maior e a menor remuneração na organização
6.2. Número total de acidentes de trabalho	Número total de acidentes de trabalho
6.3. Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos:	Os projetos sociais foram definidos:
	O sistema de gestão ambiental e a política ambiental foram definidos:
6.4. Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos:	Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos:
6.5. A previdência privada contempla:	Não se aplica

Continua...

Continuação

6.6. A participação nos lucros ou resultados contempla:	Não se aplica
6.7. Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	Não se aplica
6.8. Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa:	Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a organização:
6.9. Número de total de reclamações e críticas de consumidores (as):	Número de total de reclamações e críticas de consumidores (as):
6.10. % de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:
6.11. Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Não se aplica
6.12. Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	Não se aplica
7. Outras informações	
Outras informações importantes quão ao exercício da responsabilidade social, ética e transparência.	Outras informações importantes quão ao exercício da responsabilidade social, ética e transparência.

ANEXO 2 - Modelo de Balço Social proposto para a MB

[Mensagem de Apresentação]

1. Base de Cálculo	Ano X			Ano X-1		
	Valor (Mil Reais)			Valor (Mil Reais)		
Limite de Movimentação e Empenho (LME)						
Folha de Pagamento Bruta (FPB)						
2. Indicadores Sociais Internos	Valor (Mil R\$)	% Sobre FPB	% Sobre LME	Valor (Mil R\$)	% Sobre FPB	% Sobre LME
Municiamento						
Encargos Sociais Compulsórios						
Saúde						
Segurança e Saúde no trabalho						
Educação						
Cultura						
Capacitação e desenvolvimento						
Creche ou auxílio-creche						
Outros						
Assistência Integrada						
Total - Indicadores Sociais Internos						
3. Indicadores Sociais Externos	Valor (Mil R\$)	% Sobre FPB	% Sobre LME	Valor (Mil R\$)	% Sobre FPB	% Sobre LME
Educação						
Cultura						
Saúde e Saneamento						
Esporte						
Combate à fome e segurança alimentar						
Outros						
Total das Contribuições para a Sociedade						
Tributos (excluídos encargos sociais)						
Total - Indicadores Sociais Externos						

Continua....

continuação

4. Indicadores Ambientais	Valor (Mil R\$)	% Sobre FPB	% Sobre LME	Valor (Mil R\$)	% Sobre FPB	% Sobre LME
Investimentos em programas ambientais						
Total dos Investimentos em Meio Ambiente						
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a organização:	<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%		<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%			
5. Indicadores do Corpo Funcional						
Nº de empregados ao final do período						
Nº de admissões durante o período						
Nº de empregados terceirizados						
Nº de estagiários(as)						
Nº de empregados acima de 45 anos						
Nº de mulheres que trabalham na						
% de cargos de chefia ocupados por						
Nº de negros que trabalham na organização						
% de cargos de chefia ocupados por negros						
Nº de empregados portadores de deficiência ou necessidades especiais						

Continua....

continuação

6. Informações Relevantes quanto ao Exercício da Cidadania Empresarial	Ano X	Metas Ano X+1
Relação entre a maior e a menor remuneração na organização		
Número total de acidentes de trabalho		
Os projetos sociais foram definidos:	() pela direção () direção e gerências () todos os empregados	() pela direção () direção e gerências () todos os empregados
O Sistema de Gestão Ambiental e a Política Ambiental foram definidos:	() pela direção () direção e gerências () todos os empregados	() pela direção () direção e gerências () todos os empregados
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos:	() pela direção () direção e gerências () todos os empregados	() pela direção () direção e gerências () todos os empregados
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a organização:	() não se envolve () apóia () organiza e incentiva	() não se envolve () apóia () organiza e incentiva
Número de total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na organização na Justiça	na organização na Justiça
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na organização: na Justiça:	na organização: na Justiça:
7. Outras Informações (Outras informações importantes quanto ao exercício da responsabilidade social, ética e transparência).	Ano X	Ano X-1